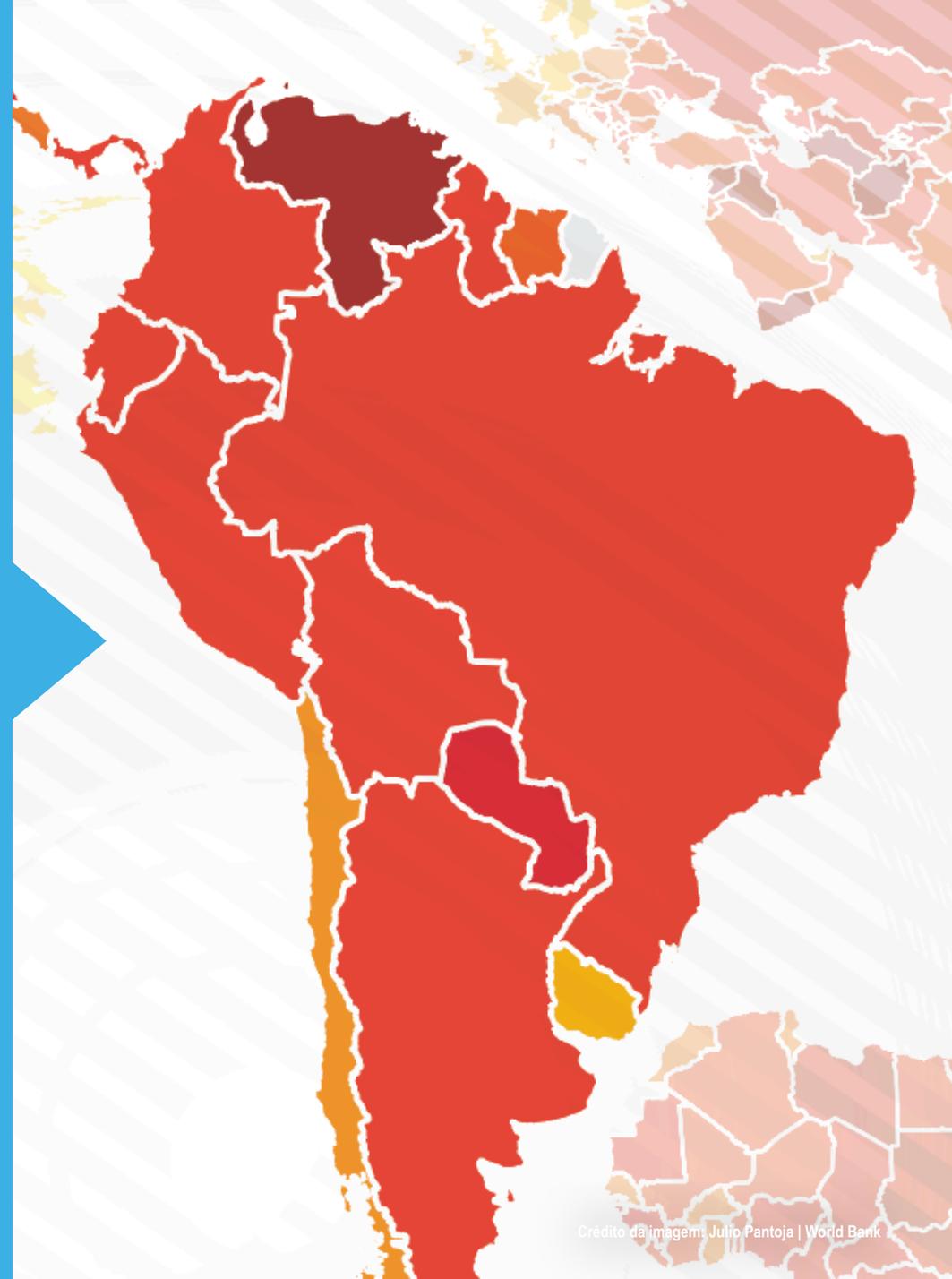




ÍNDICE DE PERCEPÇÃO DA CORRUPÇÃO 2019

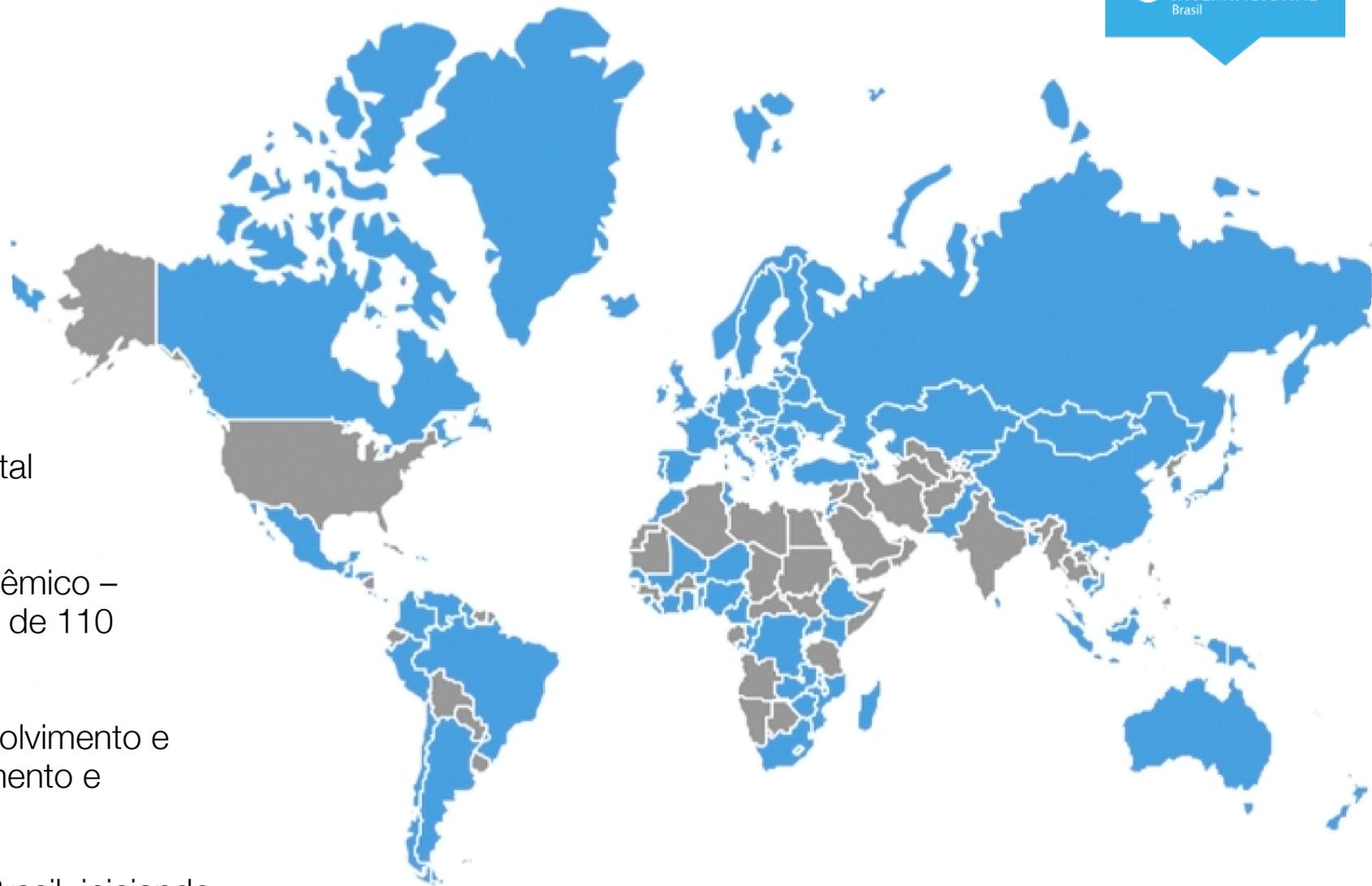
07 DE FEVEREIRO 2020



A TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL

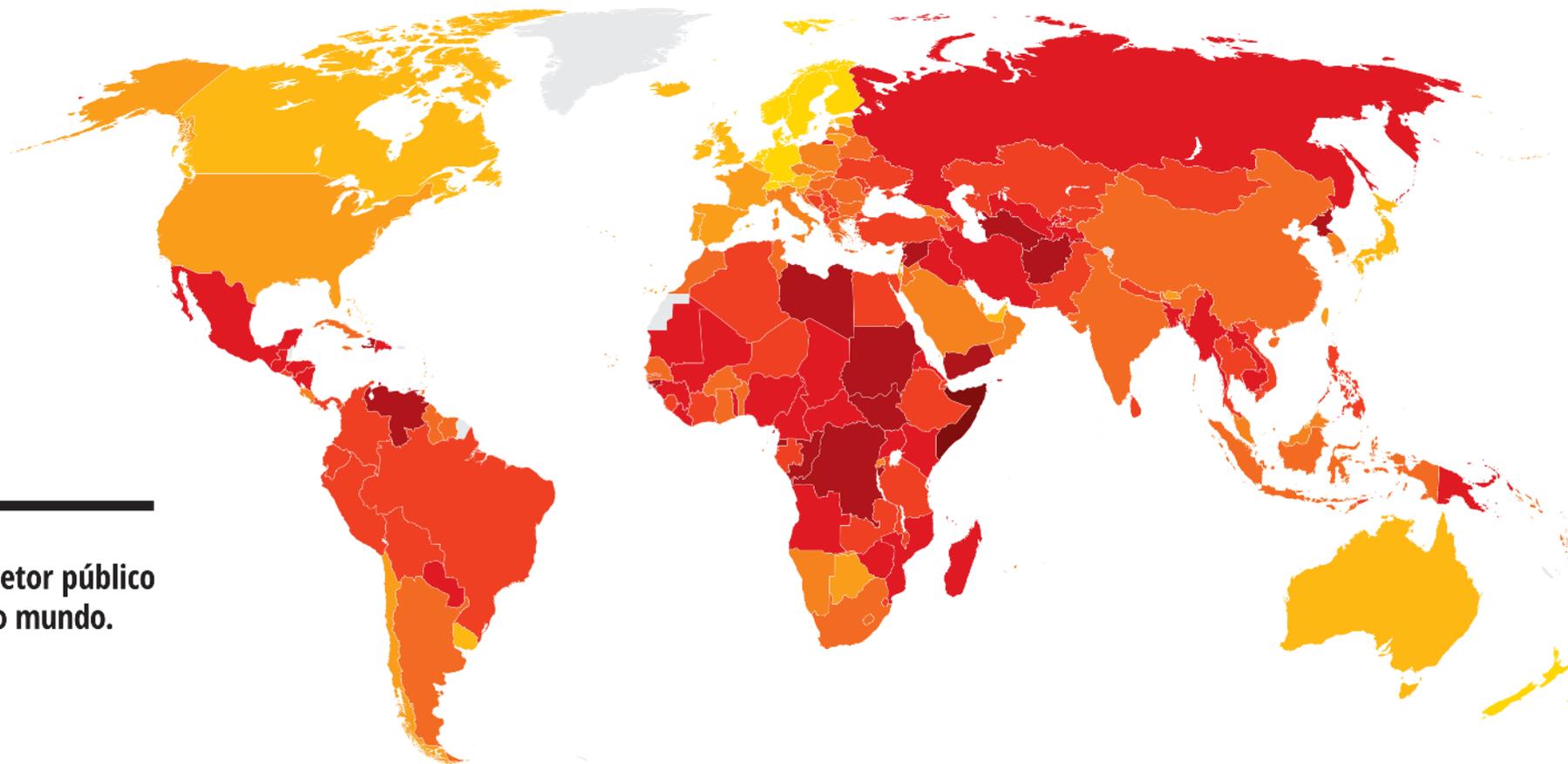
Trazendo a experiência internacional para apoiar a luta da sociedade brasileira contra a corrupção.

- ▶ Principal organização não-governamental de combate a corrupção no mundo
- ▶ Atuação apartidária e com enfoque sistêmico – á 25 anos com representação em mais de 110 países e territórios
- ▶ Produção de estudos técnicos, desenvolvimento e promoção de boas praticas, monitoramento e avaliação
- ▶ Restabelecendo a presença da TI no Brasil, iniciando a atuação em diversas áreas temáticas em 2015

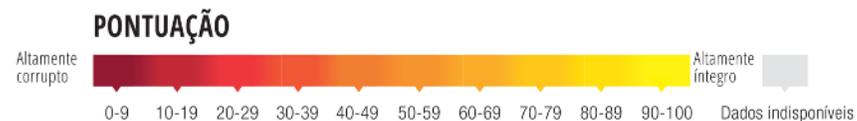


- Países com presença da Transparência Internacional
- Países sem presença da Transparência Internacional

ÍNDICE DE PERCEÇÃO DA CORRUPÇÃO IPC - 2019



Nível de percepção da corrupção no setor público em 180 países e territórios ao redor do mundo.



#cpi2019

www.transparency.org/cpi

SOBRE O ÍNDICE DE PERCEPÇÃO DA CORRUPÇÃO



CORRUPTION PERCEPTIONS INDEX 2018

The perceived levels of public sector corruption in 180 countries/territories around the world.

- ▶ Publicado pela primeira vez em 1995 e lançado anualmente
- ▶ Mensuração da corrupção mais utilizada no mundo
- ▶ Mede a percepção de especialistas em 180 países e territórios
- ▶ Cobre apenas setor público
- ▶ Compilado de 13 fontes independentes (Bertelsmann Stiftung, Economist Intelligence Unit, Freedom House, World Bank, World Economic Forum)
- ▶ Cobre mais países do que as fontes de dados sozinhas
- ▶ Alteração da metodologia em 2012 permite a análise histórica

O QUE O IPC MEDE?

- ▶ Pagamentos de propina
- ▶ Desvio de recursos públicos
- ▶ Funcionários usando cargos públicos para ganhos privados
- ▶ Habilidade do governo de conter a corrupção e aplicar mecanismos de integridade
- ▶ Burocracia excessiva (*red tape*)
- ▶ Nepotismo
- ▶ Efetiva acusação de autoridades relacionadas a corrupção
- ▶ Leis adequadas de transparência financeira e prevenção de conflito de interesses
- ▶ Proteção legal ao denunciante, jornalistas, investigadores
- ▶ Captura do Estado
- ▶ Acesso a informação

O QUE O IPC NÃO MEDE?

- ▶ Percepção e experiência dos cidadãos
- ▶ Fraude em impostos
- ▶ Fluxos financeiros ilícitos
- ▶ Facilitadores da corrupção (advogados, contadores)
- ▶ Lavagem de dinheiro
- ▶ Corrupção no setor privado
- ▶ Economias e mercados informais
- ▶ Não dá pontos extras para democracia, só para rule of law

O QUE O IPC MEDE?

- ▶ Pagamentos de propina
- ▶ Desvio de recursos públicos
- ▶ Funcionários usando cargos públicos para ganhos privados
- ▶ Habilidade do governo de conter a corrupção e aplicar mecanismos de integridade
- ▶ Burocracia excessiva (red tape)
- ▶ Nepotismo
- ▶ Efetiva acusação de autoridades relacionadas com corrupção
- ▶ Leis adequadas de transparência financeira e prevenção de conflito de interesses
- ▶ Proteção legal ao denunciante, jornalistas, investigadores
- ▶ Captura do Estado
- ▶ Acesso a informação

O QUE O IPC NÃO MEDE?

- ▶ Percepção e experiência dos cidadãos
- ▶ Fraude em impostos
- ▶ Fluxos financeiros ilícitos
- ▶ Facilitadores da corrupção (advogados, contadores)
- ▶ Lavagem de dinheiro
- ▶ Corrupção no setor privado
- ▶ Economias e mercados informais
- ▶ Não dá pontos extras para democracia, só para rule of law

O QUE O IPC MEDE?

- ▶ Pagamentos de propina
- ▶ Desvio de recursos públicos
- ▶ Funcionários usando cargos públicos para ganhos privados
- ▶ Habilidade do governo de conter a corrupção e aplicar mecanismos de integridade
- ▶ Burocracia excessiva (red tape)
- ▶ Nepotismo
- ▶ Efetiva acusação de autoridades relacionadas com corrupção
- ▶ Leis adequadas de transparência financeira e prevenção de conflito de interesses
- ▶ Proteção legal ao denunciante, jornalistas, investigadores
- ▶ Captura do Estado
- ▶ Acesso a informação

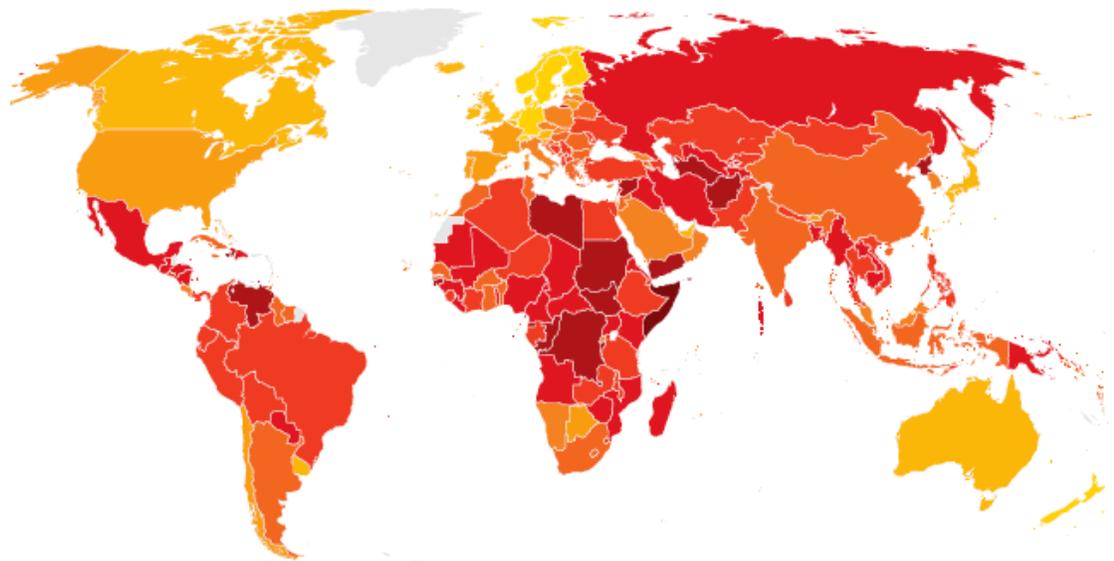
O QUE O IPC NÃO MEDE?

- ▶ Percepção e experiência dos cidadãos
- ▶ Fraude em impostos
- ▶ Fluxos financeiros ilícitos
- ▶ Facilitadores da corrupção (advogados, contadores)
- ▶ Lavagem de dinheiro
- ▶ Corrupção no setor privado
- ▶ Economias e mercados informais
- ▶ Não dá pontos extras para democracia, só para rule of law

POR QUE MEDIMOS A
PERCEPÇÃO
DE CORRUPÇÃO?

ÍNDICE DE PERCEÇÃO DA CORRUPÇÃO 2019

Nível de percepção da corrupção no setor público em 180 países e territórios ao redor do mundo.



posição	país/território	posição	país/território	posição	país/território	posição	país/território	posição	país/território											
87	Dinamarca	1	66	Seicheles	27	53	Malásia	51	42	Ilhas Salomão	77	36	Tailândia	101	29	Maldivas	130	25	Uzbequistão	153
87	Nova Zelândia	1	65	Taiwan	28	53	Ruanda	51	41	Benim	80	35	Albânia	106	29	Mali	130	24	Madagascar	158
86	Finlândia	3	64	Bahamas	29	53	Arábia Saudita	51	41	China	80	35	Argélia	106	29	México	130	24	Zimbábue	160
85	Singapura	4	62	Barbados	30	52	Maurício	56	41	Gana	80	35	Brasil	106	29	Mianmar	130	23	Eritreia	161
85	Suécia	4	62	Portugal	30	52	Namíbia	56	41	Índia	80	35	Costa do Marfim	106	29	Togo	130	22	Nicarágua	162
85	Suíça	4	62	Catar	30	52	Omã	56	41	Marrocos	80	35	Egito	106	28	República Dominicana	137	20	Camboja	162
84	Noruega	7	62	Espanha	30	50	Eslováquia	59	40	Burkina Faso	85	35	Macedônia	106	28	Quênia	137	20	Chade	162
82	Holanda	8	61	Botsuana	34	48	Cuba	60	40	Guiana	85	35	Mongólia	106	28	Libano	137	20	Iraque	165
80	Alemanha	9	60	Brunei	35	48	Grécia	60	40	Indonésia	85	34	El Salvador	113	28	Libéria	137	19	Burundi	165
80	Luxemburgo	9	60	Israel	35	48	Jordânia	60	40	Kuwait	85	34	Cazaquistão	113	28	Mauritânia	137	19	Congo	165
78	Islândia	11	60	Lituânia	35	47	Croácia	63	40	Lesoto	85	34	Nepal	113	28	Papua Nova Guiné	137	19	Turcomenistão	165
77	Austrália	12	60	Eslovênia	35	46	São Tomé e Príncipe	64	40	Trindade e Tobago	85	34	Filipinas	113	28	Paraguai	137	18	República Democrática do Congo	168
77	Áustria	12	59	Coreia do Sul	39	46	Vanuatu	64	39	Sérvia	91	34	Suazilândia	113	28	Rússia	137	18	Guiné-Bissau	168
77	Canadá	12	59	São Vicente e Granadinas	39	45	Argentina	66	39	Turquia	91	34	Zâmbia	113	28	Uganda	137	18	Haiti	168
77	Reino Unido	12	58	Cabo Verde	41	45	Bielorrússia	66	38	Equador	93	33	Serra Leoa	119	28	Angola	146	18	Líbia	168
76	Hong Kong	16	58	Chipre	41	45	Montenegro	66	38	Sri Lanka	93	32	Moldávia	120	26	Bangladesh	146	18	Líbia	168
75	Bélgica	17	58	Polônia	41	45	Senegal	66	38	Timor Leste	93	32	Níger	120	26	Guatemala	146	17	Coreia do Norte	172
74	Estônia	18	56	Costa Rica	44	44	Hungria	70	37	Colômbia	96	32	Paquistão	120	26	Guatemala	146	17	Afganistão	173
74	Irlanda	18	56	República Tcheca	44	44	Romênia	70	37	Etiópia	96	31	Bolívia	123	26	Honduras	146	16	Guiné Equatorial	173
73	Japão	20	56	Geórgia	44	44	África do Sul	70	37	Gâmbia	96	31	Gabão	123	26	Irã	146	16	Sudão	173
71	Emirados Árabes	21	56	Letônia	44	44	Suriname	70	37	Tanzânia	96	31	Malauí	123	26	Moçambique	146	16	Venezuela	173
71	Uruguai	21	55	Dominica	48	43	Bulgária	74	37	Vietnã	96	30	Azerbaijão	126	26	Nigéria	146	16	lêmen	177
69	França	23	55	Santa Lúcia	48	43	Jamaica	74	36	Bósnia e Herzegovina	101	30	Djibouti	126	25	Camarões	153	15	Síria	178
69	Estados Unidos	23	54	Malta	50	43	Tunísia	74	36	Kosovo	101	30	Quirguistão	126	25	República Centro-Africana	153	13	Sudão do Sul	179
68	Butão	25	53	Granada	51	42	Armênia	77	36	Panamá	101	29	Guiné	130	25	Comores	153	9	Somália	180
67	Chile	26	53	Itália	51	42	Bahrein	77	36	Peru	101	29	Laos	130	25	Tadjiquistão	153			

OS EXTREMOS DO IPC

PAÍSES COM
AS MAIORES
PONTUAÇÕES

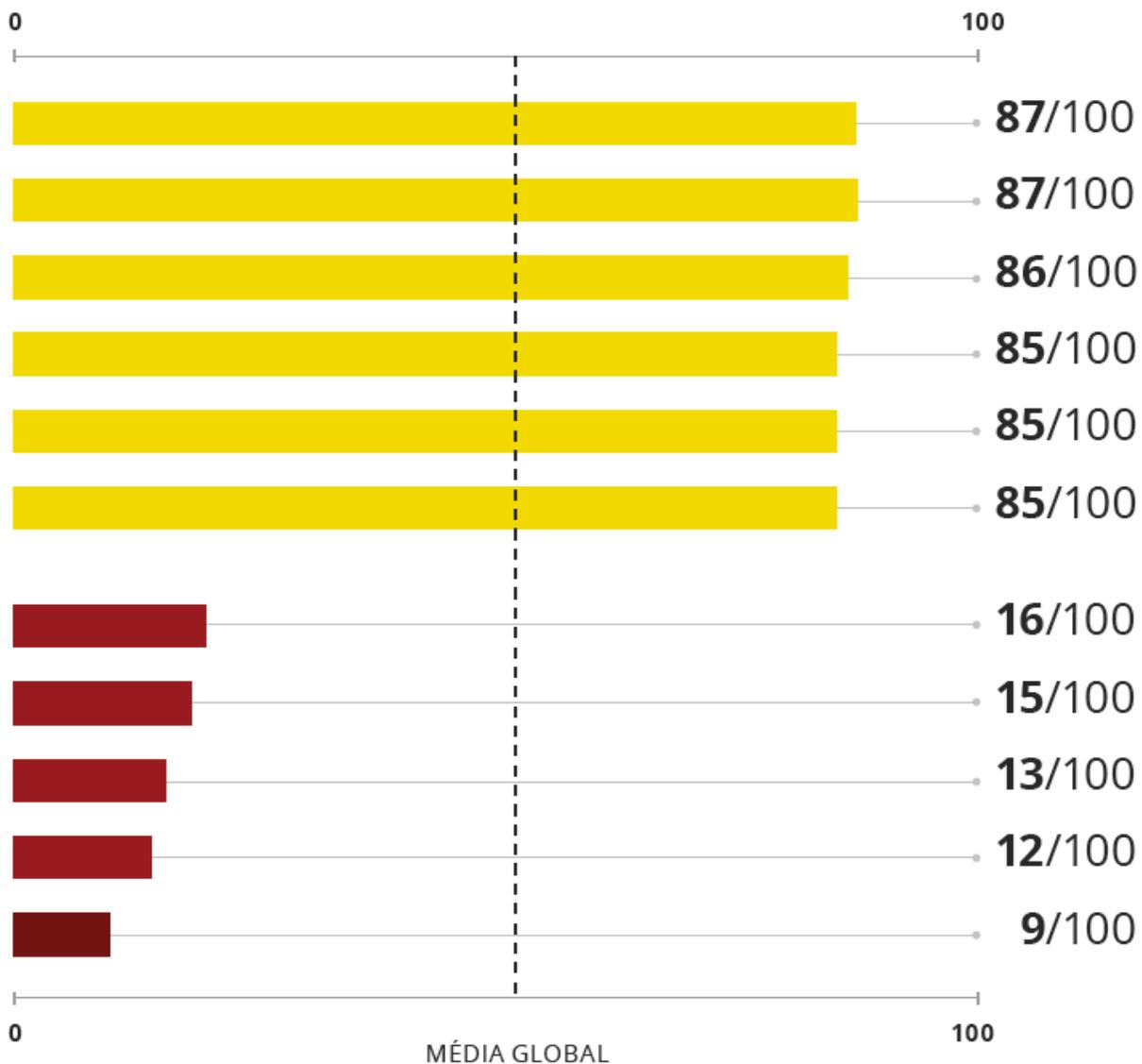


- 01 DINAMARCA
- 02 NOVA ZELÂNDIA
- 03 FINLÂNDIA
- 04 SINGAPURA
- 05 SUÉCIA
- 06 SUÍÇA

PAÍSES COM
AS MENORES
PONTUAÇÕES



- 176 VENEZUELA
- 177 IÊMEN
- 178 SÍRIA
- 179 SUDÃO DO SUL
- 180 SOMÁLIA



RESULTADOS POR REGIÃO

43

AMÉRICAS

Pontuação média

Melhor: Canadá (77/100)

Pior: Venezuela (16/100)

66

EUROPA OCIDENTAL & UE

Pontuação média

Melhor: Dinamarca (87/100)

Pior: Bulgária (43/100)

35

LESTE EUROPEU & ÁSIA CENTRAL

Pontuação média

Melhor: Geórgia (56/100)

Pior: Turcomenistão (19/100)

39

ORIENTE MÉDIO & NORTE DA ÁFRICA

Pontuação média

Melhor: Emirados Árabes (71/100)

Pior: Síria (13/100)

32

ÁFRICA SUBSAARIANA

Pontuação média

Melhor: Seicheles (66/100)

Pior: Somália (9/100)

45

ÁSIA-PACÍFICO

Pontuação média

Melhor: Nova Zelândia (87/100)

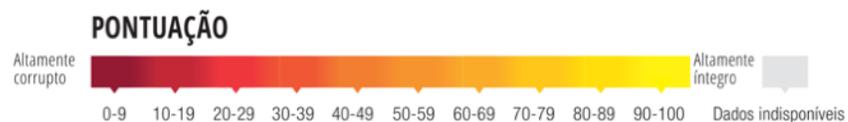
Pior: Afeganistão (16/100)

AS AMÉRICAS



43/100

PONTUAÇÃO MÉDIA



PONTUAÇÃO	PAIS/TERRITÓRIO	POSIÇÃO
77	Canadá	12
71	Uruguai	21
69	Estados Unidos	23
67	Chile	26
64	Bahamas	29
62	Barbados	30
59	São Vicente e Granadinas	39
56	Costa Rica	44
55	Dominica	48
55	Santa Lúcia	48
53	Granada	51
48	Cuba	60
45	Argentina	66
44	Suriname	70
43	Jamaica	74
40	Guiana	85
40	Trinidad e Tobago	85
38	Equador	93
37	Colômbia	96
36	Panamá	101
36	Peru	101
35	Brasil	106
34	El Salvador	113
31	Bolívia	123
29	México	130
28	República Dominicana	137
28	Paraguai	137
26	Guatemala	146
26	Honduras	146
22	Nicarágua	161
18	Haiti	168
16	Venezuela	173

#cpi2019

www.transparency.org/cpi

BRASIL

35/100
*A escala do IPC vai de 0 a 100 pts

2º ano seguido com a pior nota da série histórica



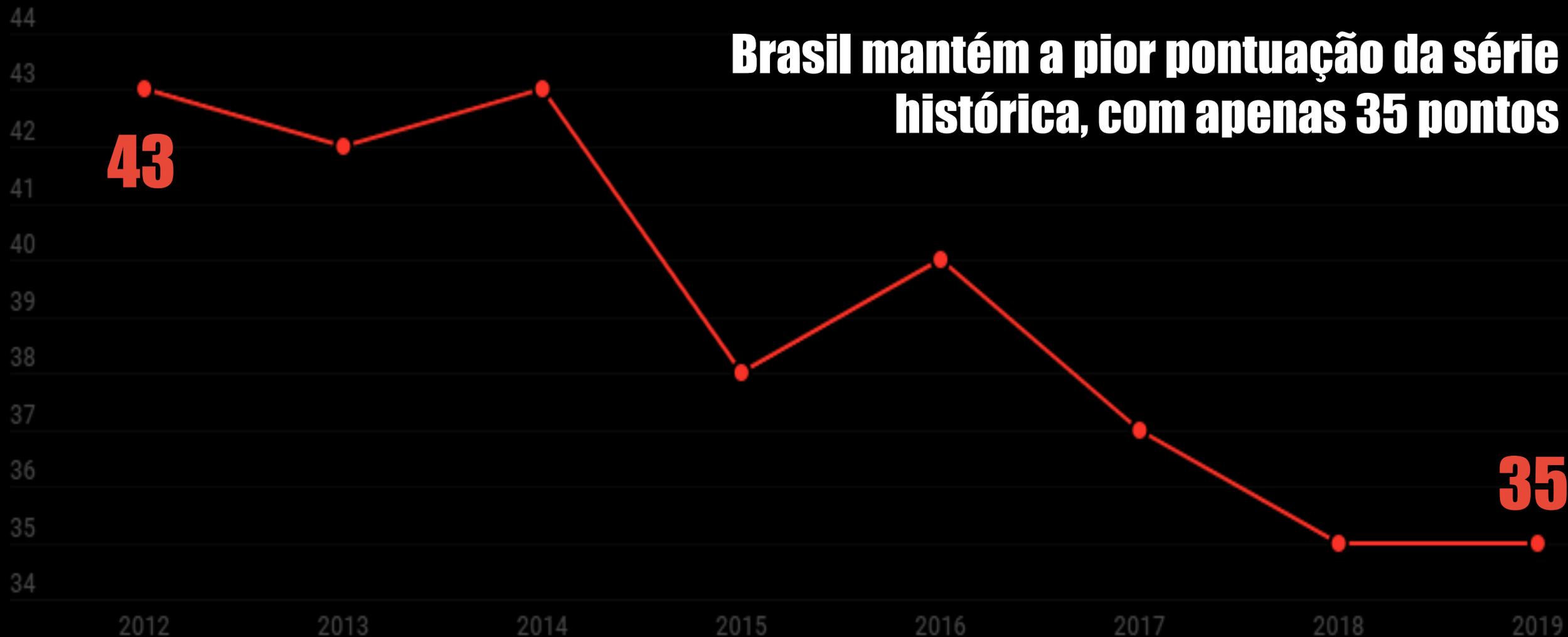
106^a posição
no ranking de
180 países/territórios



A pior colocação do país na série histórica do IPC

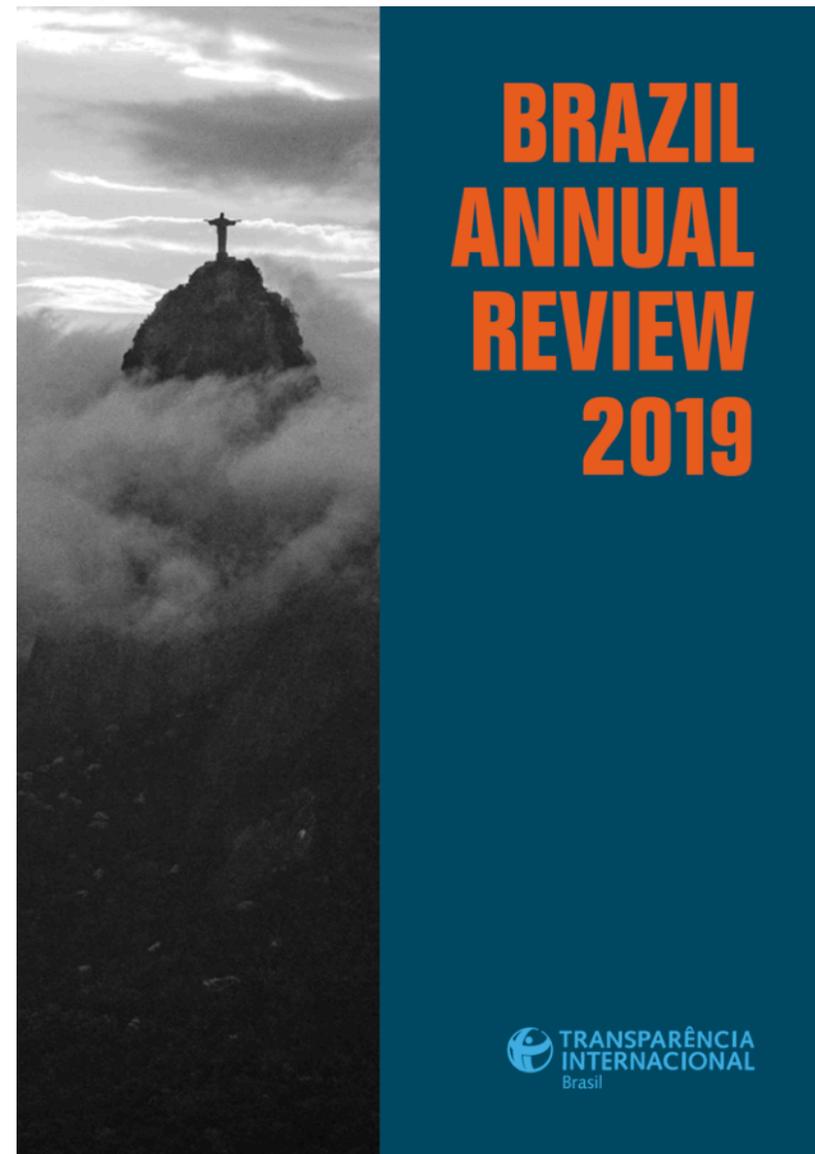
BRASIL

Brasil mantém a pior pontuação da série histórica, com apenas 35 pontos



POR QUE ESTAGNAMOS?

- ▶ Em 2018, o Brasil saiu das eleições com resultados claramente influenciados por essa pauta. O elevado índice de renovação política se deu com a vitória de candidatos que tinham baseado suas campanhas em fortes discursos anticorrupção.
- ▶ O país, no entanto, atravessou 2019 sem conseguir aprovar reformas que atacassem de fato as raízes do problema.
- ▶ Poucos avanços e retrocessos em série aconteceram no arcabouço legal e institucional anticorrupção do país.



DESTAQUES POSITIVOS

- ▶ Como parte do Pacote Anticrime que foi aprovado pelo Congresso e sancionado pelo Presidente, instituiu-se o confisco alargado, importante instrumento para recuperação de ativos e recursos desviados pela corrupção.
- ▶ 1.200 agentes foram contratados pela Polícia Federal e o Ministério da Justiça incentivou o estabelecimento de 29 delegacias especializadas no combate à corrupção em 18 estados.
- ▶ Foram realizadas importantes operações de combate à corrupção, como a Faroeste, Pé de Barro e Calvário.
- ▶ Decreto que impôs requisitos mais rígidos, incluindo a ‘Ficha Limpa’, para a nomeação para cargos comissionados.

DESTAQUES NEGATIVOS

- ▶ A decisão do presidente do STF que proibiu o COAF a compartilhar relatórios de inteligência sobre transações financeiras suspeitas com investigadores da polícia e do Ministério Público que praticamente paralisou, durante metade do ano, o sistema de combate à lavagem de dinheiro do Brasil.
- ▶ Inúmeras tentativas de interferência política do Palácio do Planalto nos órgãos de controle, com substituições polêmicas no COAF, na Polícia Federal e na Receita Federal e a nomeação de um Procurador-Geral da República fora da lista tríplice.
- ▶ Múltiplos ataques, baseados em falsas alegações, e ameaças contra organizações da sociedade civil e contra a imprensa, articuladas pelo Presidente Bolsonaro e altas autoridades.
- ▶ Diversas decisões judiciais como a que transferiu a competência para o julgamento de casos de ‘caixa 2’ para a Justiça Eleitoral e a que anulou condenações no âmbito da Lava Jato, além do inquérito das *fake news*.
- ▶ Tentativas para reduzir a transparência de informações públicas e extinguir conselhos de políticas públicas e esforços para facilitar a legalização de terras griladas.

RECOMENDAÇÕES

▷ CONGRESSO NACIONAL:

- deliberar e aprovar reformas estruturais anticorrupção baseadas no pacote de medidas elaboradas por especialistas brasileiros, as **NOVAS MEDIDAS CONTRA A CORRUPÇÃO**

▷ GOVERNO FEDERAL:

- afastar seus membros investigados por corrupção,
- propor e defender a aprovação junto ao Congresso Nacional de reformas estruturais anticorrupção.
- respeitar integralmente as liberdades constitucionais de expressão e associativismo,
- parar de hostilizar profissionais da imprensa e de organizações da sociedade civil.



RECOMENDAÇÕES

▷ PODER JUDICIÁRIO E O MINISTÉRIO PÚBLICO:

- agir frente à sua ineficiência administrativa;
- endereçar à falta de responsabilização de seus membros por mau desempenho e corrupção;
- revisar os privilégios, como férias abusivas e remunerações exorbitantes.

▷ Justiça Eleitoral e os órgãos de controle

- atuar em coordenação nas eleições municipais de 2020 contra o financiamento ilícito de campanhas e o desvio de fundos públicos sob controle dos partidos;
- fiscalizar a utilização de candidatas laranjas e novas modalidades de manipulação virtual, como uso de robôs e disseminação de *fake news*.

RECOMENDAÇÕES

▷ GOVERNOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS

- aprimorar sua engenharia institucional de controle,
- atualizar seus marcos legais anticorrupção
- promover Programas de Integridade que fortaleçam o enfrentamento da corrupção nos níveis subnacionais.

▷ SETOR PRIVADO

- promover ações coletivas para o estabelecimento de códigos de conduta setoriais,
- exercer a liderança das federações de indústria e comércio e outras associações empresariais para a promoção de melhores práticas de integridade pública e privada.

▷ SOCIEDADE BRASILEIRA

- exercer conscientemente seu direito de voto nas eleições municipais de 2020 para eleger candidatos com **passado limpo, compromisso com a pauta anticorrupção e respeito aos valores democráticos**
- pressionando também os partidos para que incrementem sua transparência, governança e democracia interna.



www.transparenciainternacional.org.br

Claudia S. Sanen

Programa de Integridade
em Mercados Emergentes

csanen@br.transparency.org
+55 (11) 4130-9709

